

DOCUMENTO E MEMÓRIA

O CENTENÁRIO DE UM MARCO DA DUALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA: O DECRETO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES.

Francisco José da Silveira Lobo Neto

Introdução

O político fluminense Nilo Peçanha (1867-1924), já havia inaugurado escolas profissionais, em seu primeiro mandato como governador do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906). E é esta sua experiência que o inspira a promulgar o Decreto n. 7.566, em 23 de setembro de 1909 criando, nas “capitais dos Estados da República”, as Escolas de Aprendizes Artífices.

Abolicionista e republicano, elege-se deputado constituinte em 1890 e como deputado nas legislaturas seguintes até 1903, quando é eleito para uma cadeira no Senado. Em 31 de dezembro do mesmo ano assume a presidência do Estado do Rio de Janeiro. Eleito Vice-Presidente da República, em 1906, com a morte de Afonso Pena, torna-se Presidente da República em 14 de junho de 1909, até o término do mandato em 15 de novembro de 1910, quando é sucedido pelo Marechal Hermes da Fonseca. Após ter exercido a Presidência da República, Nilo Peçanha voltou ao Senado e, de 1914 a 1917, cumpre um segundo período como Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Em 1921, é candidato à Presidência da República, mas é derrotado por Artur Barnardes.

É de se notar que o Decreto sobre as Escolas de Aprendizes Artífices traz a assinatura de Antonio Cândido Rodrigues, primeiro titular do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pelo Presidente Nilo Peçanha e que se torna responsável por sua implantação e supervisão.

O texto integral do Decreto, desde os considerandos, documenta o pensamento prevalente, numa eloquente explicitação da dualidade estrutural da sociedade brasileira e, portanto, dos fundamentos a inspirar a política educacional.

É também importante ressaltar a estruturação dos cursos (primário, de desenho e de oficinas) e a sua relação com as linhas básicas indicadas para o funcionamento da escola: horário de funcionamento, dependências, pessoal (um diretor, um escriturário, tantos mestres de oficina quantos necessários, um “porteiro contínuo”).

Se é verdade que as escolas tem como alvo preferencial “os desfavorecidos da fortuna”, é também verdade que o Estado, através do Governo Federal, assume a manutenção dessas escolas, iniciando um processo de laicização dessa responsabilidade, antes deferida às pias sociedades.

Uma análise aprofundada das escolas de aprendizes artífices encontra-se em CUNHA (2000: 63-114). E é dele a seguinte afirmativa: “Se a rede de escolas de aprendizes artífices não inovou muito em termos ideológicos e pedagógicos, ao menos no início de seu funcionamento, ela trouxe uma grande novidade em relação à estrutura do ensino, por constituir, provavelmente, o primeiro sistema educacional de abrangência nacional” (idem, p. 66).

O documento

DECRETO N. 7.566 - DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando :

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lucta pela existencia;

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação:

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Parapho unico. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizes Artifices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas

de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais.

Parapho unico. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º O curso de officinas durará o tempo que for marcado no respectivo programma, approvedo pelo ministro, sendo o regimen da escola o de externato, funcionando das 10 horas da manhã ás 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada escola terá um director, um escripturario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro continuo.

§ 1º O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ annuaes.

§ 2º O escripturario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o ultimo 1.800\$ annuaes.

§ 3º Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$ mensaes além da quota a que se refere o art. 11 do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo predio.

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 annos no minino e de 13 annos no maximo;

b) não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de officio.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente.

§ 2º A prova de ser o candidato destituido de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requerente á matricula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officio, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizes Artifices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º Os cursos nocturnos, primario e de desenho ficarão a cargo do director da escola.

trabalhonecessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

Art. 10. Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella, satisfará a compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º Semestralmente o director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo á Caixa Economica ou Collectoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11. A renda liquida de cada officina será repartida em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o gráo de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12. Haverá annualmente uma exposição dos artefactos das officinas da escola, para o julgamento do gráo de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos.

Art. 13. A commissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo director da escola, o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14. No regimento interno das escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes á administração da escola e das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15. Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submettidos á approvação do ministro.

Art. 16. As Escolas de Aprendizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 17. Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalização das Escolas de Aprendizes Artifices custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

NILO PEÇANHA.

A. Candido Rodrigues.

trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 7 - número 9 - 2009

Referências

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=57829> acesso em junho de 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

QUELUZ, Gilson Leandro. Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930). Curitiba: CEFET-PR, 2000

TINOCO, Brígido; A Vida de Nilo Peçanha. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1962.